



Relatório e Contas 2009

Relatório e Contas 2009

- 01 *Nota do Presidente*
Página 6
- 02 *Atribuições e Valores*
Página 8
- 03 *Marcos Históricos*
Página 10
- 04 *Economia e Conjuntura*
Página 12
- 05 *Execução das Medidas de Política*
Página 24
- 06 *Balanco Social*
Página 34
- 07 *Execução Orçamental*
Página 46
- 08 *Execução das Demonstrações Financeiras*
Página 54
- 09 *Evolução Previsível da CMC*
Página 62

01

Nota do Presidente



Dr. António C. Lima
Presidente em Exercício da Comissão
do Mercado de Capitais

Estamos a viver uma época de acelerada mudança, caracterizada pela velocidade da circulação da informação e pela importância crescente de uma economia moderna orientada pelo conhecimento.

Neste sentido, é necessário estar atento e montar sistemas de alertas que nos permitam aprender e acompanhar as mudanças e as imprevistas perdas de certezas. O objectivo é, pois, não perder a capacidade de reagir em tempo real. Também é fundamental o estímulo à aquisição de conhecimentos para responder aos diferentes desafios que as novas organizações nos colocam.

Os últimos anos mostraram-nos as fragilidades dos sistemas de alerta e a necessidade de adoptar novos mecanismos, capazes de atender, em tempo útil, às novas exigências do sistema financeiro mundial, quanto à regulação e supervisão dos mercados.

O ano que encerrámos ficou marcado pela tomada de iniciativas e medidas a nível internacional, através de reuniões do G8, G20, OCDE, entre outras, que introduziram novas valências no funcionamento do sistema financeiro internacional, cujas iniciativas conseguiram estancar debilidades existentes no sistema financeiro internacional, agindo e travando perdas sucessivas de instituições financeiras, bem como socorrendo empresas estratégicas e vitais à economia internacional.

No plano nacional, o Governo aprovou um conjunto de medidas de gestão macroeconómicas e estruturais para fazer face à crise económico-financeira internacional, através da introdução de um de Plano de Acção, ajustado ao Plano do Governo para 2009, tendo como base os acontecimentos financeiros internacionais e o impacto desses efeitos na economia nacional.

Quanto à actividade do organismo regulador do mercado de capitais, CMC, podemos considerá-la positiva, tendo em conta o número de processos de autorização de abertura de sociedades sob supervisão da CMC, apesar dos condicionamentos impostos pela crise.

Esta constatação mostra-nos, cada vez mais, a importância que este segmento do sistema financeiro nacional desempenha no processo de desenvolvimento do país e, por conseguinte, da sustentabilidade da nossa economia. De facto, a instauração da CMC como entidade de supervisão financeira iria dificultar a prática de crimes financeiros e outros descaminhos de recursos financeiros que aconteceram alarmantemente durante o período que se reporta.

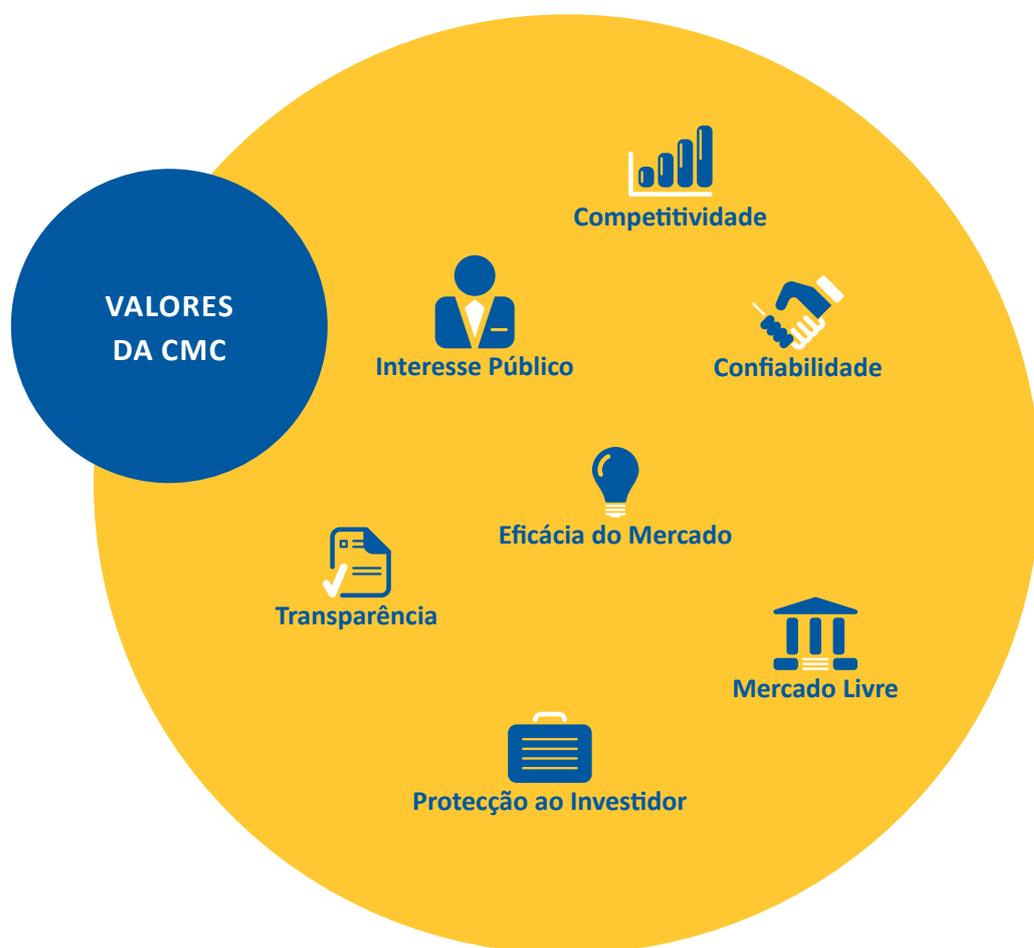
Ademais no domínio das Finanças comportamentais pode-se compreender os desvios de conduta e propensão para o açambarcamento que se viveu no período factores que serão, naturalmente, refreados com uma supervisão financeira.

Para que o trabalho iniciado em 2005, que é comprovadamente válido, esperamos que 2010 seja o ano em que se verifique o reforço da capacidade do Governo neste domínio, com a nomeação do Conselho de Administração da CMC. Assim, e tendo em vista a dinamização das transacções do mercado secundário, organizado e de balcão, será possível tornar exequíveis as expectativas de todos os intervenientes do mercado de capitais, entretanto, já preparados.

Quero ainda deixar uma palavra de apreço a todos os trabalhadores, colaboradores e consultores, bem como àqueles que, de uma forma directa ou indirecta, estiveram envolvidos na magnitude desta nobre e árdua missão, gizada pelo Governo e cuja materialização das medidas adoptadas em 2009, levamos ao conhecimento público neste relatório.

02

Atribuições e Valores



03

*Marcos
Históricos*

1997

— O Ministério das Finanças institui, a 10 de Setembro, a Task Force para a implementação do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores, tendo como função primordial implementar o mercado de valores mobiliários, integrando especialistas dos Ministérios das Finanças, do Planeamento e da Justiça, do BNA, da Sonangol e da ENSA, cujo mandato visava realizar estudos preliminares para a criação da Comissão do Mercado de Capitais e da Bolsa de Valores de Angola.

1998

— Criação do Núcleo do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores por Despacho do Ministro das Finanças, Dr. Mário Alcântara Monteiro.

2000

— É autorizada a formação académica/profissional, no Reino Unido (Inglaterra e Irlanda do Norte), de três técnicos do Núcleo do Mercado de Capitais e Bolsa de Valores onde se discutiu e desenhou a tese sobre a viabilidade e liquidez de uma bolsa de valores em Angola.

2005

— Publicação do Decreto N.º 9/05, de 18 de Março – Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais;

— Publicação da Lei N.º 12/05, de 23 de Setembro – Lei dos Valores Mobiliários;

— Publicação da Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro – Lei das Instituições Financeiras;

— Emerge oficialmente em 30 de Dezembro de 2005, por força do Despacho n.º 22/05, do Ministro das Finanças, Dr. José Pedro de Moraes Júnior, a Comissão do Mercado de Capitais, com funções de regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais em Angola.

2006

— Implementação experimental e consolidação do funcionamento da Instituição de Supervisão Financeira;

— Comissão do Mercado de Capitais – com personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

— Primeiro Registo, em 16 de Novembro, de uma Instituição Financeira Não Bancária: BALUARTE – Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S.A..

2007

— Em 30 de Novembro, primeira Emissão de valores mobiliários – Obrigações de Caixa 2012 – do Banco Africano de Investimentos (BAI).

04

Economia e Conjuntura



Internacional

A crise financeira que grassou no ano de 2008 teve reflexos no ano de 2009, vindo corroborar a previsão do crescimento da economia divulgada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo a qual, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) seria praticamente nulo.

O crescimento previsto foi:

Quadro 1

País	Crescimento (%)
Estados Unidos da América	1,6%
Zona Euro	2%
Japão	2,6%

Fonte: FMI

No que respeita aos países emergentes, mais concretamente aos que fazem parte do bloco do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), as previsões também não foram optimistas. Para o Brasil estava previsto um crescimento de 0,8% e para a China, que em 2008 teve uma subida de 9%, esse crescimento apenas se situaria nos 7%. A Índia com uma acentuada queda nas suas exportações, teve um crescimento previsto de 7% face ao da Rússia que rondou os 2%.

A falta de crescimento da economia mundial afectou a produção, o que se traduziu num abaixamento do nível de emprego e do consumo.

Perante este abaixamento a Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê um número de desempregados superior a 51 milhões até 2010, que como é sabido, tem sido motivo de grandes conflitos sociais, obrigando os governos a incluírem nos seus orçamentos uma maior dotação para a componente social.

Perante este cenário de crise, o Presidente Norte Americano, Barack Obama, reuniu-se com dez dirigentes das maiores instituições financeiras americanas, no sentido de lhes pedir para facilitarem o acesso ao crédito aos particulares e às empresas, tendo em vista relançar a economia e o emprego. Nos EUA, considerada a maior economia a nível mundial, a taxa de desemprego continua historicamente alta, sendo de 10%.

04 Economia e Conjuntura

Paradoxalmente, no início do seu mandato o Presidente dos EUA tinha dirigido veementes críticas aos banqueiros, ficando célebre a sua frase *“não fui eleito presidente para ajudar um punhado de banqueiros da Wall Street”*.

A polémica entre Barack Obama e os banqueiros resulta do facto do presidente americano querer impor regras aos bancos para limitar riscos, ou seja, obrigá-los a proceder à separação entre as actividades da banca de investimentos (mais sujeita a riscos e conseqüentemente, privada de guardar depósitos) da banca comercial (a única que poderá aceitar depósitos, mas que se manterá afastada da participação em “hedge funds” e de outras estruturas financeiras). O principal conselheiro de Barack Obama para a defesa desta tese tem sido Paul Volcker.¹

Os EUA têm forçosamente de tomar medidas no sentido de resolver a sua crise económica e social, isto porque, o epicentro da crise financeira que grassou no Mundo, começou naquele país e não foi obra do acaso, como é sobejamente conhecido.

Os EUA têm forçosamente de tomar medidas no sentido de resolver a sua crise económica e social, isto porque, o epicentro da crise financeira que grassou no Mundo, começou naquele país e não foi obra do acaso, como é sobejamente conhecido.

Em 2008, os EUA tinham um deficit externo de mais de USD 700 mil milhões, que têm tido grandes dificuldades em financiar. A dívida das famílias, das empresas e das autoridades públicas, representa mais de três vezes o PIB americano², ou seja, o dobro do nível de endividamento, existente em 1929. Os EUA vivem acima das suas capacidades, porque parecem convencidos que o resto do Mundo financiará sempre os seus défices e guerras (Coreia, Vietname, Iraque, Afeganistão).

Como atraem capitais? A resposta é dada por Patrick Artus, economista chefe do Natixis³ *“vendendo produtos sofisticados ao resto do Mundo”*. Só que, a partir de 2008, esses produtos sofisticados deixaram de ter a procura desejada pelo mundo financeiro doutros continentes, como o europeu e o asiático (China e Japão).

De acordo com a Comissão Europeia (CE), a economia da zona euro apresentará, relativamente a 2008, uma desaceleração de 1,9% e os 27 Estados-membros cairão, no seu conjunto, 1,8%. Em 2009, a taxa de desemprego na CE situar-se-á nos 8,7%, enquanto na zona euro será de 9,3%.

¹ Economista, actual presidente do Presidential Economic Recovery Advisory Board (painel não-governamental de especialistas criado pelo actual presidente norte-americano, com o objectivo de acompanhar a evolução económica global e de aconselhar estratégias para a sua resolução).

² Bonazza, Patrick em “Banqueiros não pagam a crise”.

³ Empresa francesa “financeira e especializada em soluções bancárias”.



A taxa média de inflação da zona euro deverá ser de 1%, ou seja, metade da prevista pelo Banco Central Europeu, 2%. A baixa taxa de inflação e o Plano Fiscal apresentado em Dezembro de 2008, no valor de 200 mil milhões de euros, foram os meios utilizados para relançar a economia europeia, aguardando-se que os sinais de recuperação venham a ser visíveis em meados de 2010.

Entretanto, Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha e Itália, debatem-se com graves problemas de estabilidade e crescimento económico.

A Irlanda, confrontada com a verdadeira dimensão do seu problema, deu um exemplo ao mundo financeiro e político, procedendo à redução dos vencimentos dos seus governantes, tendo o ordenado do primeiro-ministro um corte de 20% e dos ministros de 15%. Os salários da função pública também sofreram cortes significativos.

Entretanto, este país tem de ter em conta que se o deficit público descer, mas o PIB também descer na mesma proporção (ou mais), isto em termos relativos, as necessidades de financiamento da Irlanda não se reduzirão.

Grécia e Portugal são os Estados-membros que ocupam a pior posição perante as empresas de *rating*, apresentando maiores problemas de estabilidade e crescimento económico. A consequência destes resultados tem reflexo nas grandes convulsões sociais a que se assiste, nomeadamente na Grécia. O próprio FMI já fez referência à estabilidade governativa e política destes países, avisando-os da necessidade urgente de reduzir a despesa pública.

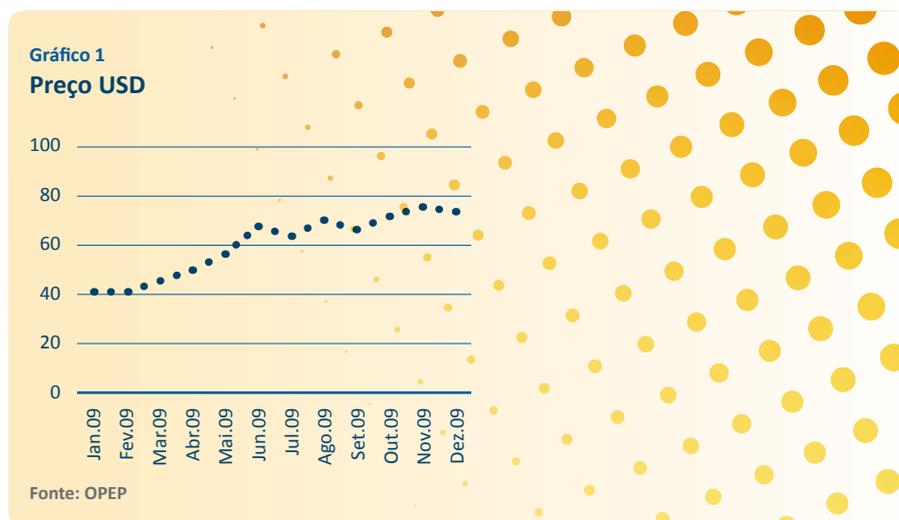
Em 2009, o petróleo conseguiu recuperar relativamente ao ano anterior. Damos destaque à Conferência da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) realizada em 22 de Dezembro de 2009, em Luanda, presidida pelo Ministro Angolano dos Petróleos Eng^o José Maria Botelho de Vasconcelos.

Naquela Conferência, o anfitrião e presidente referiu “o crescimento da procura nas economias emergentes está a melhorar, mas a OCDE mantém-se em território negativo. O mercado continua bem abastecido com o petróleo bruto e os stocks em níveis elevados. Os preços subiram para níveis mais confortáveis”.

De acordo com a Comissão Europeia (CE), a economia da zona euro apresentará, relativamente a 2008, uma desaceleração de 1,9% e os 27 Estados-membros cairão, no seu conjunto, 1,8%.

04 Economia e Conjuntura

O gráfico a seguir mostra a evolução dos preços do petróleo no ano de 2009:



Analisando o gráfico verifica-se que no 1º semestre de 2009 os preços estiveram sempre a crescer, enquanto no 2º semestre houve várias oscilações. Os preços estiveram entre os 64,59 (valor mínimo) e 76,29 (valor máximo).

Grécia e Portugal são os Estados-membros que ocupam a pior posição perante as empresas de rating, apresentando maiores problemas de estabilidade e crescimento económico. A consequência destes resultados tem reflexo nas grandes convulsões sociais a que se assiste, nomeadamente na Grécia. O próprio FMI já fez referência à estabilidade governativa e política destes países, avisando-os da necessidade urgente de reduzir a despesa pública.

No entanto, a crise financeira que em 2009 se fazia sentir, constituiu um paradigma relativamente às principais Bolsas de Valores, em que se verificou uma maior equidade na capitalização no período entre 2008 e 2009, como se constata no quadro a seguir e que resume as dez maiores bolsas.

Quadro 2

Unidade: USD 10³

Ordem	Descrição	2009	2008	Δ%
1	NYSE Euronext (EUA)	11.838	9.209	28,5%
2	Tokyo Stock Exchange Group	3.306	3.116	6,1%
3	NASDAQ OMX (EUA)	3.239	2.249	44,0%
4	NYSE Euronext Europa	2.869	2.102	36,5%
5	LSE - London Stock Exchange	2.796	1.868	49,7%
6	Shangai Stock Exchange	2.705	1.425	89,8%
7	Hong Kong Exchange	2.305	1.329	73,4%
8	Grupo TMX	1.608	1.033	55,7%
9	BM & FBOVESPA	1.337	592	125,8%
10	Bombay SE	1.306	647	101,9%

Fonte: World Federation of Exchanges

De notar o peso asiático no quadro acima: o 2º lugar foi ocupado pelo Tokyo Stock Exchange Group; o 6º pelo Shangai Stock Exchange e o 7º pelo Hong Kong Exchange.



04 Economia e Conjuntura

A nível de fluxos de investimento (capital por ações) entre 2009 e 2008 (dez maiores), verificou-se a evolução constante do quadro seguinte:

Quadro 3

Unidade: USD 10³

Ordem	Descrição	2009	2008	Δ%
1	NYSE Euronext EUA	234,20	280,20	-16,4%
2	LSE	122,30	124,60	-1,8%
3	Australian Securities Exchange	86,20	48,90	76,3%
4	Hong Kong Exchanges	81,40	55,00	48,0%
5	Shanghai Sotck Exchange	47,70	27,60	72,8%
6	Tokyo Stock Exchange	44,20	13,80	220,3%
7	BM & FBOVESPA	41,70	28,80	44,8%
8	Bolsa Italiana	25,90	11,10	133,3%
9	Shenzhen Stock Exchange	25,40	17,40	46,0%
10	BME espanhol trocas	21,60	32,20	-32,9%

Fonte: World Federation of Exchanges

Independentemente de ter havido variações negativas, destacamos a Tokyo Stock Exchange e a Bolsa Italiana, com variações positivas de 220,3% e 133,3%, respectivamente.



No que concerne ao mercado obrigacionista, em 2009, houve um maior intercâmbio de títulos negociados em termos de USD, como consta do quadro abaixo:

Quadro 4

Unidade: USD 10³

Ordem	Descrição	2009	2008	Δ%
1	BME espanhol trocas	8.138	6.823	19,3%
2	LSE	6.896	6.118	12,7%
3	NASDAQ OMX Nordic Exchange	2.419	2.942	-17,8%
4	Colombia Stock Exchange	960	468	105,1%
5	Korea Exchange	403	348	15,8%
6	Istambul Stock Exchange	402	406	-1,0%
7	Bolsa Italiana	313	256	22,3%
8	Tel Aviv Stock Exchange	246	262	-6,1%
9	Oslo Bors	227	124	83,1%
10	Bolsa de Valores Santiago	188	167	12,6%

Fonte: World Federation of Exchanges

A maior variação ocorreu com a Colombia Stock Exchange, com 105,1%. Note-se que, quer no mercado de ações quer no mercado de obrigações, aparecem as mesmas instituições: “BME espanhol trocas”, “LSE” e “Bolsa Italiana”.

Por outro lado, verifica-se que no mercado de obrigações, as instituições financeiras asiáticas não surgem nos 10 primeiros lugares à excepção da “Korea Exchange”, que ocupa o 5º lugar.

No que concerne ao mercado obrigacionista, em 2009, houve um maior intercâmbio de títulos negociados em termos de USD.

Nacional

O quadro macroeconómico geral para 2009 foi o seguinte:

Quadro 5

Unidade 10⁶ Kz

Descrição	2009	2008	Desvio
PIB a preços correntes de mercado	5.796	6.413	-9,6%
Taxa de crescimento real (%)	11,8	23,3	-11,50%
Sector Petrolífero	5,9	11,7	-5,80%
Sector não Petrolífero	15,9	20,5	-4,60%
Produção de petróleo (milhões de barris)	739,7	693,6	6,6%
Inflação anual	10	13	-3,0%
Exportações totais	47,2	46	2,6%
Exportações de petróleo	44,7	43,8	2,1%
Importações totais	29,7	28	6,1%

Fonte: Plano Nacional de 2009

Sector Petrolífero, com uma taxa de crescimento real negativa de 4,6%, teve na produção de petróleo, uma subida de 6,6% com igual correspondência com as exportações de petróleo de 2,1%. A quebra de crescimento deste sector teve a ver com o desfazamento na entrada em funcionamento de determinados campos petrolíferos.

O quadro mostra o arrefecimento que a nossa economia teve em 2009, con-substanciado no seguinte:

- PIB a preços correntes de mercado teve um decréscimo de 9,6%, verificando-se também uma quebra perante a taxa de crescimento real – 11,5%;
- Sector Petrolífero, com uma taxa de crescimento real negativa de 4,6%, teve na produção de petróleo, uma subida de 6,6% com igual correspondência com as exportações de petróleo de 2,1%. A quebra de crescimento deste sector teve a ver com o desfazamento na entrada em funcionamento de determinados campos petrolíferos.
- Sector não Petrolífero teve uma taxa de crescimento também negativa de 4,6%, pese embora o Governo pretender que este sector seja devidamente dinamizado, no sentido de reduzirmos cada vez mais a nossa dependência do Sector Petrolífero;
- A Inflação esperada para 2009 situou-se nos 10%, havendo uma evolução de 3% relativamente a 2008. Desde há muito que a redução da taxa de in-

flação para um dígito é a grande aposta do Governo, pelo que se a taxa de 10% for conseguida, é uma boa vitória governativa;

- Quer as Exportações quer as Importações tiveram crescimentos de 2,1% e 6,1%, respectivamente. Com a dinamização do sector não Petrolífero espera-se que o desnível entre as Exportações e as Importações seja reduzido, tendo em vista conseguirmos ter uma melhor Balança Comercial, sob o ponto de vista qualitativo.

No mercado cambial, a depreciação do Kwanza⁴ foi de 18,09%, tendo o USD como moeda de referência passado de KZ 75,17 para KZ 88,77. O diferencial entre o mercado informal e o formal saiu de 0,61% em 2008 para 6,83% em 2009.

O Sector Bancário conseguiu minimizar os efeitos da crise financeira que grassou no Mundo, conforme demonstra o quadro seguinte:

Quadro 6

Unidade 10⁶ Kz

Descrição	2009 ⁵	2008	Desvio
Crédito concedido	1.304	841	55,1%
Recursos captados (Depósitos)	2.455	1.585	54,9%
Crédito total/Fundos Próprios	350,90%	314,77%	36,1%
Crédito vencido/Crédito total	3,63%	2,47%	1,2%
Crédito total/Depósitos totais	53,15%	53,08%	0,1%
Depósitos em ME/Depósitos totais	54,39%	55,27%	-0,9%
Activo total	3.377	2.710	24,6%
Fundos Próprios/Activos ponderados para risco	18,75%	16,57%	2,2%
Rede de Balcões	534	517	3,3%
ROA (Lucro Líquido/Activo Total)	3,01%	2,47%	0,5%
ROE (Lucro Líquido/Fundos Próprios)	26,97%	25,52%	1,5%
Liquidez Imediata em MN	52,86%	54,02%	-1,2%
Liquidez Imediata em ME	38,08%	31,15%	6,9%

Fonte: Banco Nacional de Angola

⁴ Até 18/12/2009.

⁵ Idem, ibidem.

04 Economia e Conjuntura

A evolução do OGE, a nível fiscal, é apresentada no quadro a seguir:

Quadro 7

Unidade 10⁶ Kz

Descrição	2009		2008		Desvio
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Totais	3.176,1	100%	3.459,9	100%	-8%
Impostos	2.333,2	73%	3.033,9	88%	-23%
Impostos petrolíferos	1.861,2	80%	2.598,2	86%	-28%
Impostos não petrolíferos	472,0	20%	435,7	14%	8%
Outras Receitas	60,0	2%	99,0	3%	-39%
Vendas de Activos (inclui bónus petrolíferos)	2,7	0%	1,1	0%	145%
Financiamentos	780,2	25%	314,0	9%	148%
Reservas do Tesouro	0,0	0%	11,9	0%	-100%
Despesas Totais	3.176,1	100%	3.459,9	100%	-8%
Remunerações	756,3	24%	590,7	17%	28%
Bens e serviços	561,3	18%	457,6	13%	23%
Juros	57,4	2%	6,2	0%	826%
Transferências	338,2	11%	538,8	16%	-37%
Aquisição de activos não financeiros	1.128,9	36%	899,0	26%	26%
Outras aquisições financeiras	126,5	4%	205,9	6%	-39%
Amortização da dívida	207,5	7%	57,0	2%	264%
Reservas do tesouro		0%	704,7	20%	-100%

Fonte: Plano Nacional de 2009

O exercício económico de 2009 teve, comparativamente com o de 2008, uma menor Receita Pública: 8%. Dentro dela, destacamos os Impostos, que é a rubrica com maior representatividade em 2009 e 2008, com um peso a nível do total da Receita Pública de 73% e 88%, respectivamente. Pelo quadro acima podemos ainda verificar que houve uma menor arrecadação de Impostos, no valor residual de 23%.



Analisando ainda os Impostos, verifica-se a forte dependência que ainda temos do petróleo, cujo peso a nível de 2009 e 2008 sobre a totalidade dos Impostos foi de 80% em 2009 e 86% em 2008.

Os Financiamentos representaram 25% em 2009 e 9% em 2008, da totalidade da Receita Pública. O crescimento desta rubrica prende-se em grande parte, com os financiamentos obtidos em 2009, junto das seguintes instituições:

- Fundo Monetário Internacional (FMI), um financiamento na modalidade de “Stand by Credit Facility” no valor de USD 1,8 mil milhões, sem pré-condições, tendo em vista financiar a nossa Balança de Pagamentos;
- Abertura de uma linha de crédito concedida pela Secretária de Estado do Comércio de Espanha, no montante de € 500 milhões, visando incentivar as exportações entre os dois países. A gestão desta linha de crédito está assegurada pela Companhia Espanhola de Seguro de Crédito à Exportação (CESCE);
- Abertura de uma linha de crédito concedida pelo Ministério das Finanças de Portugal, no valor de € 500 milhões, destinado ao financiamento de projectos de investimento público e de infra-estruturas a serem executadas em Angola.

Dentro da Despesa Pública, a Aquisição de activos não financeiros é a rubrica com maior significado, representando em 2009 36% e em 2008 26%, da totalidade da Despesa Pública. A evolução desta rubrica no biénio teve um crescimento de 26%.

As Remunerações são a segunda conta com maior peso, tendo em 2009 e 2008, valores percentuais de 24% e 17%, respectivamente, da totalidade da Despesa Pública.

A sua evolução no biénio foi positiva, com um valor percentual de 28%. Esta rubrica tem e terá sempre um peso significativo na Despesa Pública, isto porque, como é sabido, em Angola, o Estado é e será por muitos anos, o principal empregador.

Para que seja reduzida a sua carga é importante que outros sectores de actividade conjuguem a criação de riqueza com a criação de emprego, nomeadamente fora dos grandes centros urbanos.

Fundo Monetário Internacional (FMI), um financiamento na modalidade de “Stand by Credit Facility” no valor de USD 1,8 mil milhões, sem pré-condições, tendo em vista financiar a nossa Balança de Pagamentos.

05

Execução das Medidas de Política



Execução das Medidas de Política

A conclusão das acções traçadas no Programa Geral do Governo para o domínio do Mercado de Capitais, aprovadas pela Lei n.º 12/06, de 27 de Dezembro, inseridas na Evolução Previsível da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), para 2009, esteve mais uma vez condicionada por força da não nomeação dos Órgãos Sociais, por um lado e, por outro, do ajustamento realizado pelo Governo no Plano Nacional para 2009, que estabeleceu um Plano de Acção para fazer face à crise económico-financeira internacional e uma programação para 2009, com um *“Cronograma de Medidas Principais de Gestão Macroeconómica e Estruturais a Implementar”* no decorrer de 2009.

Não obstante os condicionalismos impostos pelo Plano de Acção do Governo, aprovado em reunião ordinária da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, do dia 11 de Fevereiro de 2009, a CMC desenvolveu várias acções previstas no ano de 2008 e 2009, em que destacamos:

Medida de Política 1

Reforço da Capacidade Institucional do Governo no Domínio do Mercado de Capitais

Encontra sustentação em três objectivos que, como foi referido anteriormente, foram limitados à luz do Plano de Acção para fazer face à crise económico-financeira internacional. Assim:

1 FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA DA SUPERVISÃO

A CMC desenvolveu com o objectivo de fortalecer a estrutura existente, um programa de intercâmbio de conhecimentos em Portugal, em parceria com a Associação Portuguesa de Empresas de Investimentos (APEI) e a Comissão do Mercado e Valores Mobiliários (CMVM), com a participação dos seus executivos e técnicos, tendo obtido experiências em matérias de supervisão, como:

— **CORPORATE GOVERNANCE**, nesta área os executivos e técnicos da CMC colheram experiências sobre a gestão das sociedades, numa perspectiva da organização, com ênfase nos novos modelos de *“corporate governance”*, abordando as duas áreas particularmente relevantes:

05 *Execução das Medidas de Política*

- a) A COMUNICAÇÃO e TRANSPARÊNCIA da INFORMAÇÃO, enquanto meios de aproximação entre a gestão e os accionistas, onde foi desenvolvido com grande ênfase o conceito do justo valor (fair value);
- b) A definição de mecanismos de SUPERVISÃO e CONTROLO por parte dos accionistas, tendo como suporte as PRÁTICAS DE GESTÃO e RESPONSABILIDADE das suas administrações, destacando:
 - ▶ **Informação privilegiada e manipulação de mercado**, em que os executivos e técnicos da supervisão abordaram aspectos comparativos sobre a informação privilegiada, entre Angola e Portugal, nos termos dos artigos 32º e 120º, da Lei n.º 12/05, passando pelos sistemas de controlo do regulador em Portugal, bem como as tipologias de manipulação do mercado;
 - ▶ **Códigos ISIN**, foi obtido tirocínio no funcionamento e atribuição de códigos ISIN, de acordo com o definido pela ISO (International Organization for Standardization) na sua norma 6.166, bem como de códigos FCI (Classification of Financial Instruments), conforme norma ISO 10.962. Constatando a experiência portuguesa concluiu-se que o Organismo Regulador do Mercado de Capitais, daquele país, atribuiu à Interbolsa (Central de Valores Mobiliários), as funções da ANNA;
 - ▶ **Protocolos Internacionais de Custódia e Liquidação**, foram recolhidas experiências sobre aspectos relativos aos padrões de compensação e liquidação de valores mobiliários, estrutura de negociação, incluindo a apreciação e discussão das 15 recomendações da IOSCO sobre a compensação.



2 NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CMC

À semelhança do ano transacto, a CMC aguarda pela nomeação dos seus órgãos sociais, entretanto, submetidos à tutela nos termos do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 09/05, de 18 de Março, do Conselho de Ministros.

3 ACÇÃO DE PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

A CMC tem mantido contactos com a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários (OICV-IOSCO), porém com a não nomeação do Conselho de Administração da CMC, não é possível o ingresso como membro efectivo nessa organização internacional.

Medida de Política 2

Criação de um Quadro Regulamentar

Os trabalhos realizados em exercícios anteriores pela CMC, estão estruturados dentro dos seguintes objectivos:

1 REGULAMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Encontram-se preparados, aguardando a aprovação em Conselho de Ministros, os seguintes Diplomas Legais:

- Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário;
- Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário;
- Regime Jurídico das Contravenções no Mercado de Capitais.

05 *Execução das Medidas de Política*

A CMC actualizou alguma regulamentação já preparada, à luz dos acontecimentos que despoletaram a crise financeira mundial, em matéria de supervisão e regulação financeira.

2 OUTRA REGULAMENTAÇÃO

Para além da regulamentação agendada em Conselho de Ministros, a CMC actualizou alguma regulamentação já preparada, à luz dos acontecimentos que despoletaram a crise financeira mundial, em matéria de supervisão e regulação financeira, com destaque para os seguintes regulamentos:

- Regulamento da Admissão à Cotação;
- Regulamento dos Auditores;
- Regulamento da Credenciação;
- Regulamento da Custódia e Registo Central de Valores Mobiliários;
- Regulamento da Liquidação e Compensação de Valores Mobiliários;
- Regulamento da Negociação na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola;
- Regulamento das Bolsas de Valores, Mercadorias e Futuros;
- Regulamento das Ofertas Públicas;
- Regulamento das Sociedades Gestoras de Participações Sociais;
- Regulamento sobre a entrega de Documentos;
- Regulamento das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento;
- Regulamento das Sociedades de Gestão e Investimento Imobiliário;
- Regulamento das Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários;
- Regulamento das Sociedades de Investimento;
- Regulamento das Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários;
- Regulamento das Sociedades Gestoras de Patrimónios;
- Regulamento dos Valores Mobiliários;
- Regulamento das Sociedades Abertas.



Medida de Política 3

Incrementação da Actividade de Intermediação e Negociação

A CMC, nos termos do artigo n.º 8 do seu Estatuto Orgânico, tem acompanhado o funcionamento do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, BESA Património – FIIF, através do manuseamento da informação financeira trimestral e dos factos relevantes apurados.

Contudo, com a finalidade de dar a conhecer a actividade do mercado de capitais, a CMC desencadeou, ainda, um conjunto de acções visando o cumprimento do seguinte objectivo:

1 INCENTIVAR O SURGIMENTO DE INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Nos termos do artigo 10º do Estatuto Orgânico da CMC, aprovado pelo Decreto nº 9/05, de 18/03, cabe ao Organismo Regulador do Mercado de Capitais promover acções que difundam o mercado mobiliário. Neste sentido, mencionamos algumas conferências institucionais, de impacto neste objectivo:

— **TEMAS ACTUAIS DO DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS ANGOLANO**, realizada no Hotel Trópico, Luanda, no dia 15 de Junho de 2009, teve como palestrante o jurista e docente universitário português, Dr. Paulo Câmara, que enfatizou os importantes poderes reguladores da CMC, bem como o modelo de supervisão financeira, tripartido, existente em Angola.

A palestra, moderada pelo Dr. Francisco Queirós, direccionada para gestores de topo de empresas públicas e privadas, incluindo intermediários financeiros da nossa praça, foi presidida pelo Dr. António Joaquim da Cruz Lima, presidente em exercício da CMC, como anfitrião, e encerrada pelo Senhor Vice-Ministro das Finanças, Dr. Cruz Neto, que enalteceu a oportunidade da mesma e a importância do grande trabalho desenvolvido pela CMC nesta área.

TEMAS ACTUAIS DO DIREITO DOS VALORES MOBILIÁRIOS ANGOLANO, realizada no Hotel Trópico, Luanda, no dia 15 de Junho de 2009, teve como palestrante o jurista e docente universitário português, Dr. Paulo Câmara, que enfatizou os importantes poderes reguladores da CMC, bem como o modelo de supervisão financeira, tripartido, existente em Angola.

05 *Execução das Medidas de Política*

- **CORPORATE GOVERNANCE À LUZ DA REALIDADE ANGOLANA**, apresentada no Auditório Dra. Maria do Carmo Medina, da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN), no dia 16 de Julho de 2009, para docentes e discentes académicos, teve como orador o especialista em direito de valores mobiliários, Dr. Paulo Câmara, estando na mesa o Vice-Decano da FDUAN, Professor Doutor Raul Araújo e o Presidente em Exercício da CMC, Dr. António Joaquim da Cruz Lima.

A conferência abordou aspectos sobre o governo das sociedades, com destaque nas normas constantes das Leis das Sociedades Comerciais (LSC), nomeadamente o artigo 69º, o “dever de diligência dos administradores”. Ainda, e no que concerne à Lei n.º 5/95, foi dada relevância à sua estrutura de governação em particular, a previsão da existência de administradores não executivos, a aprovação de diplomas sobre o estatuto do Gestor Público e do seu estatuto remuneratório.

No contexto africano, o conferencista evidenciou o papel da OCDE na divulgação dos princípios de Corporate Governance e os Princípios de Governança de Empresas Públicas, tendo apresentado a constituição através da OCDE de uma Rede de Empresas Públicas dos Estados da África Austral (Network on State Owned Enterprises for Austral African Countries), onde Angola está representada.

Por último, o conferencista aproveitou a oportunidade e estadia em Angola para lançar a sua obra intitulada “Manual de Direito dos Valores Mobiliários”, vocacionada para o estudo dos valores mobiliários, com referência aos trabalhos já realizados pela CMC neste domínio.

- **PUBLICAÇÃO DE BOLETINS DAS BOLSAS E SUPLEMENTOS SOBRE O MERCADO DE CAPITAIS**, a CMC tem mantido, no âmbito do dever de informação e do serviço público, a publicação diária do Boletim de Cotações das Bolsas e do caderno mensal sobre Mercado de Capitais, tendo em vista a criação de cultura neste domínio.



Decorrente da actividade desenvolvida, nos últimos anos, desta medida, deram entrada na CMC vários processos de autorização de abertura de sociedades sob supervisão da CMC, conforme quadro seguinte:

Quadro 8

Datas	Sociedade	Situação do Processo
11/02/2009	GROWTH – SCVM ⁶	Emissão de Certidão
25/11/2009	RS CAPITAL – SGFI ⁷ , SA	Registo Especial
25/02/2009	IMARA – SCVM	Em autorização no MINFIN
18/05/2009	BPAGest – SGFI ⁸	Em tratamento
29/06/2009	BESA VALORIZAÇÃO – FIIF ⁹	Em tratamento
08/07/2009	SAVING - SCVM	Em tratamento
08/07/2009	SAVING - SDVM ¹⁰	Em tratamento
08/07/2009	SAVING - SI ¹¹	Em tratamento
17/07/2009	ANGOLA CAPITAL PARTENERS	Autorizada
21/07/2009	FIN PERSONALITÉI - FII ¹²	Em tratamento
03/09/2009	BESA - SCVM	Em tratamento
17/11/2009	GOLDEN BROCKER – SCVM, S.A. (Registo Especial)	Em tratamento
30/10/2009	BAI (Emissão Privada das Obrigações BAI – Dezembro 2014)	Em tratamento

⁶ Sociedade Corretora de Valores Mobiliários.

⁷ Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

⁸ Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários.

⁹ Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

¹⁰ Sociedade Distribuidora de Valores Mobiliários.

¹¹ Sociedade de Investimentos.

¹² Fundo de Investimento Imobiliário.

05 Execução das Medidas de Política

A CMC tem desencadeado um conjunto de acções visando incentivar o aumento do número de empresas abertas.

Medida de Política 4 Aumento do Número de Empresas Abertas

A CMC tem desencadeado um conjunto de acções visando incentivar o aumento do número de empresas abertas. Porém, devido à crise financeira internacional, esta medida tornou-se exígua, uma vez que as sociedades retraíram-se face aos acontecimentos registados durante o período em análise. Deste modo, a CMC apenas desenvolveu um objectivo desta medida:

1 **DESENVOLVER CAMPANHAS DE MARKETING INSTITUCIONAL, PARA GARANTIR A AMPLA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NA ABERTURA DO CAPITAL DAS EMPRESAS ANGOLANAS ATRAVÉS DA BOLSA DE VALORES**

Neste quadro, a CMC desenvolveu um conjunto de campanhas junto dos meios de difusão massiva, esclarecendo e apresentado a importância do funcionamento do mercado de capitais, para a economia angolana, assim como, incentivando a população a participar no processo de abertura de capital através da listagem de empresas angolanas em bolsa. Assim, destacamentos as seguintes acções:

- **SEMANÁRIO ECONÓMICO** – Tendo em conta o trabalho realizado nos últimos anos - a nível de infra-estrutura, regulamentação, sistema de negociação, recursos humanos, o Dr. António Joaquim da Cruz Lima concedeu ao semanário uma entrevista, através de uma “viagem panorâmica”, apresentando a importância e o cumprimento dos objectivos do Programa do Governo que levaram à implementação em Angola de um organismo de supervisão do mercado de capitais (CMC), de uma instituição de negociação de títulos e valores mobiliários (BVDA), assim como de uma instituição de formação de todos os intervenientes do mercado de capitais (IFMC);
- **O PAÍS** - Neste semanário o Presidente em Exercício da CMC apresentou, pela primeira vez, todo o trabalho realizado na Bolsa de Valores e Derivativos de Angola (BVDA), a nível da sua infra-estrutura e da orgânica de funcionamento.
- **LAC (Luanda Antena Comercial)** - Através deste meio de comunicação social a instituição esclareceu vários aspectos difusos sobre a implementação do mercado de capitais, tendo realçado o papel do mesmo no financiamento da economia, bem como o trabalho já preparado a nível de legislação e infra-estrutura para o arranque deste segmento do sistema financeiro nacional.

No contexto do Plano Nacional para 2009, a CMC desenvolveu a seguinte Medida de Política:

2 IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CRIAÇÃO DA CENTRAL DE COMPENSAÇÃO, LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA DE VALORES MOBILIÁRIOS

Resultante das experiências colhidas aquando da participação dos seus executivos e técnicos no programa de intercâmbio em Portugal, cujo objectivo foi o enriquecimento de conhecimentos sobre numeração dos valores mobiliários.

Neste espírito, a CMC desencadeou contactos institucionais, visando regular a actividade de emissão de valores mobiliários em Angola, nomeadamente a sua codificação, ou numeração, que culminou, a 28 de Julho de 2009, com o Despacho S/N, do Senhor Ministro das Finanças, Dr. Eduardo Leopoldo Severim de Moraes, que incumbiu o organismo regulador do mercado de capitais angolano de contactar a Associação das Agências Nacionais de Numeração (ANNA), para a sua inscrição como entidade de numeração de valores mobiliários em Angola.

À semelhança do que sucede com a nossa congénere portuguesa, foi delegada à CMC a responsabilidade de atribuir à BVDA, ou à Central de Liquidação e Custódia de Valores Mobiliários (CELCUS), as funções da ANNA. Esta actividade ainda decorre, devido à complexidade que a mesma apresenta.

A CMC desencadeou contactos institucionais, visando regular a actividade de emissão de valores mobiliários em Angola, nomeadamente a sua codificação, ou numeração, que culminou, a 28 de Julho de 2009, com o Despacho S/N, do Senhor Ministro das Finanças, Dr. Eduardo Leopoldo Severim de Moraes, que incumbiu o organismo regulador do mercado de capitais angolano de contactar a Associação das Agências Nacionais de Numeração (ANNA), para a sua inscrição como entidade de numeração de valores mobiliários em Angola.



06

Balanço Social

A Comissão do Mercado de Capitais (CMC) é uma Autoridade Administrativa Independente (AAI), de natureza reguladora, que no exercício das suas funções goza de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, como, expressa o artigo n.º 1 do seu Estatuto Orgânico, aprovado pelo Decreto n.º 09/05, de 18 de Março.

Por se tratar de uma AAI, a CMC rege-se pelo que está estabelecido no artigo 3.º do diploma legal acima referido, pela Lei dos Valores Mobiliários, pelo seu Estatuto Orgânico e pelo seu Regulamento Interno.

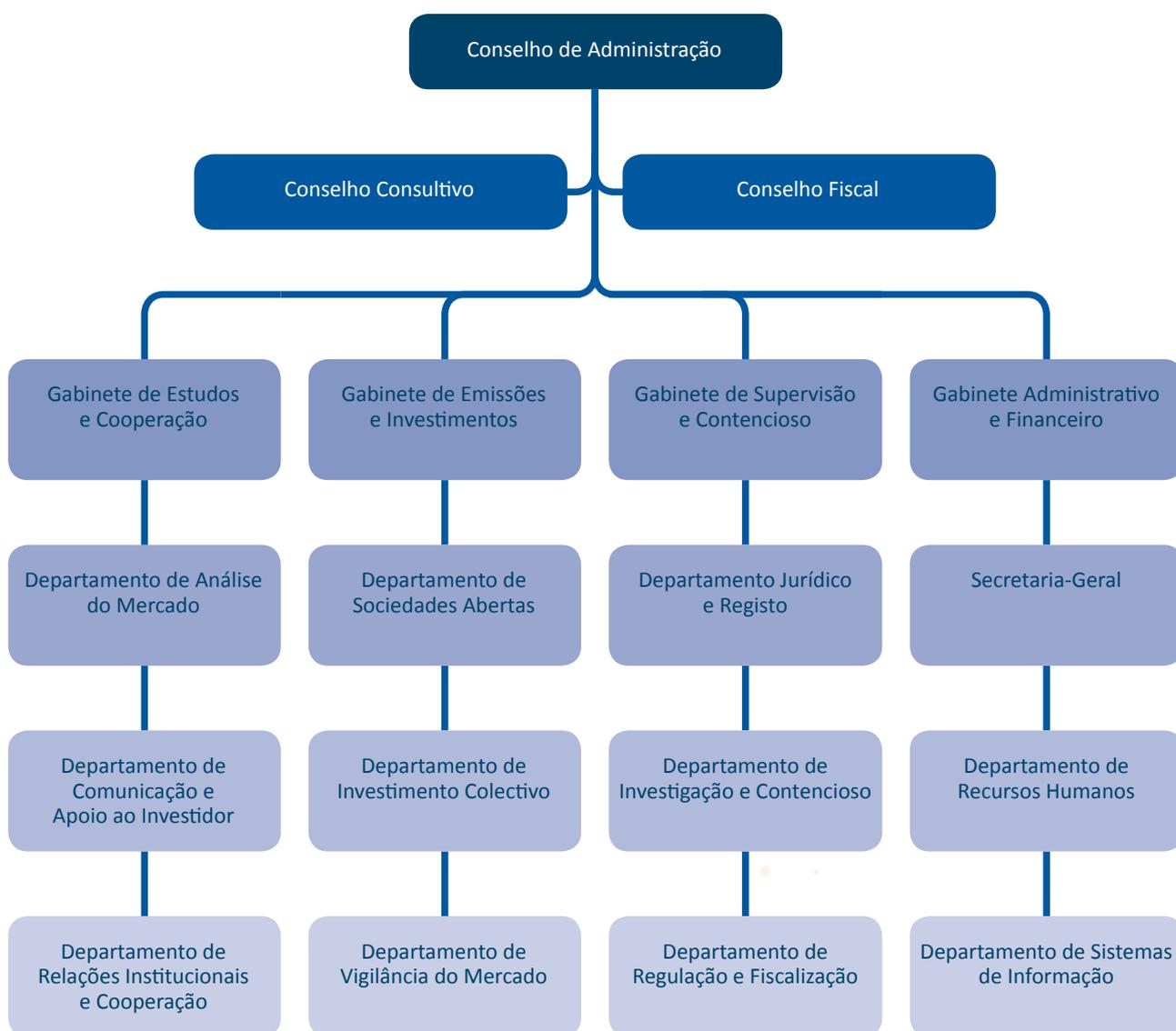
Nos termos e para efeitos do n.º 1 do artigo 34.º, do Decreto 9/05, o regime jurídico aplicável à relação jurídico-laboral do pessoal da CMC é o da Lei Geral do Trabalho (LGT).

No âmbito da gestão de Recursos Humanos e com o objectivo de dar a conhecer a realidade social existente na CMC, apresentamos o Balanço Social, com uma estrutura própria, onde se insere e faz-se constar um conjunto de dados objectivos e concretos, com real importância para o conhecimento, caracterização e evolução dos recursos humanos e financeiros afectos à CMC.

Simultaneamente, também dá a conhecer o resultado das políticas e das estratégias de gestão, adoptadas durante o período em referência.



Organigrama



Quadro dos Responsáveis



Principais Atribuições e Competências

Constituem atribuições da CMC, nos termos e dentro dos limites estabelecidos na sua Legislação Fundamental, a regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham directa ou indirectamente.

Compete ao Conselho de Administração exercer todos os poderes e praticar todos os actos acometidos à Comissão do Mercado de Capitais.

No exercício das suas actividades, a CMC conta com quatro gabinetes que têm como competências:

Constituem atribuições da CMC, nos termos e dentro dos limites estabelecidos na sua Legislação Fundamental, a regulação, supervisão, fiscalização e promoção do mercado de capitais e das actividades que envolvam todos os agentes que nele intervenham directa ou indirectamente.

Gabinete de Estudos e Cooperação

- Garantir as relações institucionais da CMC com outros organismos;
- Promover o mercado, marketing e a educação do consumidor;
- Produzir informações, estudos e análises do mercado.

Gabinete de Emissões e Investimentos

- Acompanhar as emissões no mercado de acções e analisar os respectivos prospectos para submetê-los a aprovação da CMC;
- Acompanhar as emissões de valores mobiliários representativos de dívidas e analisar os respectivos prospectos para submetê-los a aprovação da CMC;
- Supervisionar o Mercado de Produtos Derivados e dar parecer aos pedidos de emissão de valores derivados antes da aprovação dos mesmos pela CMC.

Gabinete de Supervisão e Contencioso

- Garantir o registo central de valores mobiliários e promover o arquivo da documentação da CMC;
- Preparar as normas, os regulamentos e outros documentos oficiais da CMC para publicação no boletim;
- Fiscalizar o cumprimento da lei no mercado de capitais, registar as reclamações que surjam e dirigir os processos de contencioso que existam;
- Preparar os certificados de licenciamento e operação dos intervenientes no mercado de capitais após confirmação de todos os requisitos necessários.

Gabinete Administrativo e Financeiro

- Gerir as finanças da CMC e efectuar a respectiva contabilidade;
- Administrar os recursos humanos e patrimoniais;
- Manter e controlar os sistemas e tecnologias de informação;
- Elaborar os relatórios e contas da CMC.



Quantificação e Caracterização dos Recursos Humanos

No exercício económico de 2009, a CMC teve um Volume Líquido de Emprego de 60 trabalhadores, distribuídos da seguinte forma:

Quadro 9

Descrição	Número
Comissão do Mercado de Capitais ¹³	47
Bolsa de Valores e Derivativos de Angola ¹⁴	13

Evolução do Quadro do Pessoal

A evolução da Criação Líquida de Emprego no último triênio está representada no gráfico abaixo:

Gráfico 2
Criação Líquida de Emprego



Em 2009, a CMC reduziu o seu quadro de Pessoal em 3 unidades, que ingressaram noutras instituições financeiras.

¹³ Inclui o Presidente em Exercício (Director Nacional nomeado pelo Ministério das Finanças) e uma funcionária do Banco de Comércio e Indústria, em comissão de serviço.

¹⁴ Pessoal sob responsabilidade jurídico-laboral da CMC, enquanto não abrir a BDVA.

Grau Académico

Tanto a CMC como a Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, são organismos cujos serviços se revestem de uma certa complexidade. Daí a necessidade de quadros altamente qualificados.

O quadro a seguir mostra a distribuição dos funcionários em função das suas habilitações literárias:

Quadro 10

Formação	Número	%
Ensino Básico	4	7%
Doutoramento	2	3%
Licenciados	43	72%
Mestres	1	2%
Cursos Médios	10	17%
Total	60	100%

os licenciados são em maior número, 72%. É de referir que as duas instituições contam ainda com dois doutorados e um mestre, que juntamente com os licenciados, representam uma mais-valia a nível de conhecimento.

Verifica-se que os licenciados são em maior número, 72%. É de referir que as duas instituições contam ainda com dois doutorados e um mestre, que juntamente com os licenciados, representam uma mais-valia a nível de conhecimento.

Gráfico 3
Distribuições das Profissões

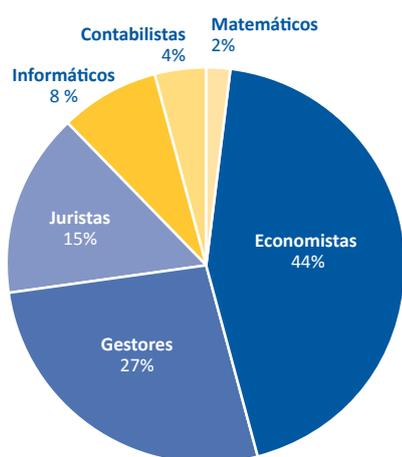


Gráfico 4
Género

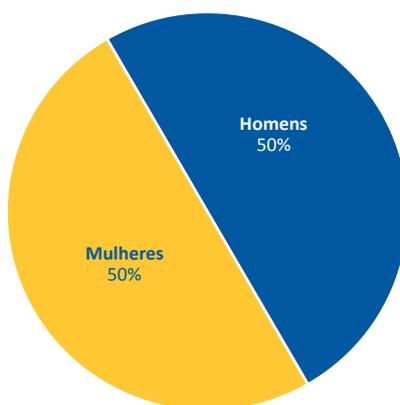
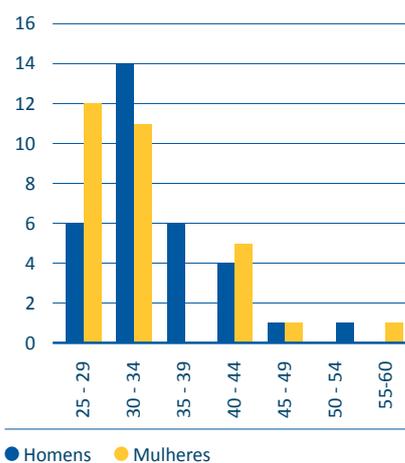


Gráfico 5
Em Função da Idade



O gráfico 3 mostra a distribuição das profissões, sendo os Economistas os que têm maior peso, 44%, seguidos dos Gestores com 27%. Esta preponderância coaduna-se com as exigências dos trabalhos desenvolvidos pela CMC.

Género

O gráfico 4 mostra as percentagens dos trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino.

Em Função da Idade

O gráfico 5 mostra que a idade média dos recursos humanos da CMC situa-se nos 32 anos, sendo o escalão etário predominante, de 30 a 34 anos, o que corresponde a 40% do Volume Líquido de Emprego.

Absentismo

Em 2009, registou-se uma taxa de absentismo de 26%. Os trabalhadores estiveram ausentes do local de trabalho 32.866 horas relativamente às 124.992 horas laborais/ano. A maior percentagem de absentismo foi registada na categoria dos Técnicos Superiores e Auxiliares Administrativos, sendo a maternidade, a principal causa.



Formação

A CMC confere especial importância à qualificação do seu quadro de pessoal, desenvolvendo, com carácter permanente, acções de formação e capacitação dos mesmos, visando a excelência e perícia profissional dos seus quadros.

Como consequência, a CMC traçou um Plano de Formação orientando em dois segmentos: Um genérico, visando fundamentalmente desenvolver conhecimentos sobre o funcionamento do mercado de capitais, no que respeita aos organismos de supervisão, às bolsas de valores, aos intermediários e produtos financeiros, à liquidação e compensação de títulos. E um específico, promotor da especialização e certificação dos técnicos, em que os objectivos a atingir foram: a excelência académica e a perícia profissional dos mesmos.

Para a concretização das metas definidas foram realizados 16 programas de formação de profissional, no país, totalizando 592 horas, em que participaram 45 trabalhadores e que representaram 83% dos efectivos. Dentro das acções de formação desenvolvidas, destacamos: “Contabilidade, Auditoria Financeira, Fiscalidade e Bolsa de Valores”.

Também foram realizadas acções de formação no Brasil e em Portugal, em conformidade com os protocolos de cooperação bilateral existentes entre Angola e estes dois países, porém em número limitado devido às restrições orçamentais.

Merece ainda referência a participação de seis técnicos em cursos de mestrado em “Finanças, Direito da Empresa/Negócios e de Informática”, a decorrer em Portugal, nas cidades do Porto e de Lisboa, com uma duração de 2 anos.

A CMC confere especial importância à qualificação do seu quadro de pessoal, desenvolvendo, com carácter permanente, acções de formação e capacitação dos mesmos, visando a excelência e perícia profissional dos seus quadros.

Despesas com o Pessoal

Quadro 11

PESSOAL		
Descrição	Valores	%
Vencimentos do Pessoal	238.348.452,88	79%
Subsídios do Pessoal	27.625.603,08	9%
Décimo Terceiro Mês	17.476.888,58	6%
Contribuições para a Segurança Social	16.422.327,67	5%
Abono de Família	389.500,00	0%
Subtotal	300.262.772,21	100%
FORMAÇÃO		
Serviços de Ensino	46.690.773,11	70%
Bilhetes de Passagem	3.400.462,50	5%
Subsídios de Deslocação	16.941.079,00	25%
Subtotal	67.032.314,61	100%
SAÚDE		
Seguros de Saúde (Pessoal e Dependentes)	11.454.938,67	100%
Subtotal	11.454.938,67	100%
TOTAL	378.750.025,49	

As Despesas com o Pessoal inseridas no quadro acima, têm uma maior amplitude que as peças que fazem parte da Execução Orçamental e da Demonstração de Resultados, porque incluem quer a Formação quer a Saúde, que nas referidas peças estão registadas em Bens e Serviços e Custos com o Pessoal, respectivamente.

Assim, as Despesas com o Pessoal, no total de KZ 378.750.025,49, tiveram como principal rubrica o “Pessoal” com um valor percentual de 79%, seguido da “Formação” com um valor percentual de 18%.

A Formação que totalizou KZ 67.032.314,61, tem como destaque os Serviços de Ensino, ou seja, a formação propriamente dita, que têm um peso de 70% e os Subsídios de Deslocação com 25%.

A Saúde, no total de KZ 11.454.938,67, é a rubrica com menor peso, 3%, e tem como componente o “Seguro de Saúde” para os funcionários e dependentes.

As Despesas com o Pessoal, no total de KZ 378.750.025,49, tiveram como principal rubrica o “Pessoal” com um valor percentual de 79%, seguido da “Formação” com um valor percentual de 18%.



07

Execução Orçamental





Nos termos da alínea h) do artigo 14º, do Estatuto Orgânico da Comissão do Mercado de Capitais, elaboramos e apresentamos o presente relatório, que dá a conhecer a Execução Orçamental da CMC, relativamente ao exercício de 2009.

A sua elaboração teve como suporte as directrizes contidas no Orçamento Geral do Estado (OGE), para o ano de 2009, em conformidade com o estabelecido na Lei nº 9/97, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, de 17 de Outubro.

O Relatório, de acordo com o orçamento aprovado, demonstra as operações orçamentais executadas pela CMC, tendo como base os dados do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) e os documentos de gestão contabilística.

Orçamento da CMC para 2009

O orçamento da CMC, aprovado pela Lei nº 12/08, de 31 de Dezembro, da Assembleia Nacional, fixou as despesas no montante de KZ 1.093.640.643,00 para o exercício de 2009.

Entretanto, devido ao ajustamento realizado pelo Governo no Plano Nacional para 2009, que estabeleceu um Plano de Acção para fazer face à Crise Económica e Financeira Internacional, bem como um Cronograma de Medidas Principais de Gestão Macroeconómica e Estruturais a Implementar no decorrer de 2009, o orçamento da CMC sofreu uma redução de: 35% para as Despesas de Bens e Serviços e 38% para Capital.

Como consequência as despesas previstas foram fixadas no novo montante de Kz.820.185.916,00, tendo sido cobertas única e exclusivamente por receitas provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro.

Devido ao ajustamento realizado pelo Governo no Plano Nacional para 2009, que estabeleceu um Plano de Acção para fazer face à Crise Económica e Financeira Internacional, bem como um Cronograma de Medidas Principais de Gestão Macroeconómica e Estruturais a Implementar no decorrer de 2009, o orçamento da CMC sofreu uma redução de: 35% para as Despesas de Bens e Serviços e 38% para Capital.

07 Execução Orçamental

Execução Orçamental

O orçamento teve a distribuição mensal apresentada no quadro seguinte:

Quadro 12

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DO ORÇAMENTO

MESES	PESSOAL	BENS E SERVIÇOS	CAPITAL	TOTAIS
Janeiro	23.244.040,23	12.671.433,93	913.416,00	36.828.890,16
Fevereiro	23.225.480,58	42.220.370,02	2.050.824,00	67.496.674,60
Março	24.416.314,44	4.041.987,25	2.175.149,50	30.633.451,19
Abril	23.573.868,07	43.976.822,89	759.840,00	68.310.530,96
Maió	23.578.247,29	27.197.455,55	587.600,00	51.363.302,84
Junho	23.447.100,93	40.808.383,17	833.720,00	65.089.204,10
Julho	23.112.240,40	21.699.821,97	365.560,61	45.177.622,98
Agosto	23.545.721,12	21.744.848,89	599.200,00	45.889.770,01
Setembro	22.978.372,00	11.601.024,40	463.710,32	35.043.106,72
Outubro	23.627.387,66	30.493.016,16	441.004,42	54.561.408,24
Novembro	41.136.197,19	30.270.596,66	0	71.406.793,85
Dezembro	24.377.802,30	16.943.965,26	0	41.321.767,56
TOTAIS	300.262.772,21	303.669.726,15	9.190.024,85	613.122.523,21
Média	25.021.897,68	25.305.810,51	765.835,40	51.093.543,60
Máximo	41.136.197,19	43.976.822,89	2.175.149,50	71.406.793,85
Mínimo	22.978.372,00	4.041.987,25	0	30.633.451,19

O Gráfico 6 mostra o peso que tem cada rubrica da Despesa.

A análise conjunta do quadro 12 e do gráfico 6 mostra:

- **Pessoal** é a segunda maior rubrica com um peso de 49% em relação à Despesa Total, no montante de KZ 300.262.772,21, com uma média mensal de KZ 25.021.897,68. O seu valor máximo foi obtido no mês de Novembro no montante de KZ 41.136.197,19, devido ao pagamento do décimo terceiro mês tal como está consignado no artigo nº 165º da Lei Geral do Trabalho. O seu valor mínimo foi de KZ 22.978.372,00, ocorreu no mês de Setembro, devido à existência de um menor número de funcionários de férias;
- **Bens e Serviços** é a rubrica que tem maior peso, representando 50% da Despesa Total e atingindo o montante de KZ 303.669.726,15, com uma média mensal de KZ 25.305.810,51. O seu valor máximo foi atingido no mês de Abril, no valor de KZ 43.976.822,89, devido ao reforço solicitado por força da fraca quota financeira disponibilizada no mês de Março, que atingiu o valor mínimo de KZ 4.041.987,25;
- **Capital** é a rubrica menos representativa, com um valor percentual de 1% e um montante em KZ de 9.190.024,85, alcançando uma média mensal de KZ 765.835,40. O seu valor máximo foi obtido em Março com uma importância de KZ 2.175.149,50, devido às prioridades de Caixa do Tesouro.

Execução Trimestral da Despesa

O gráfico 7 mostra a evolução trimestral da Despesa.

Da sua análise verificámos:

- **Pessoal** - os três primeiros trimestres quase não apresentaram variação, havendo um crescimento no último trimestre de KZ 89.141.387,15;
- **Bens e Serviços** - o seu maior crescimento verificou-se no 2º trimestre com um valor de KZ 111.982.661,61, enquanto o seu maior decréscimo ocorreu no 3º trimestre com um montante de KZ 55.045.695,26;
- **Capital** - o seu maior crescimento verificou-se no 1º trimestre com um valor de KZ 5.139.389,50. Entre o 2º e o 4º trimestre verificou-se uma ligeira descida.

Gráfico 6
Peso das Despesas

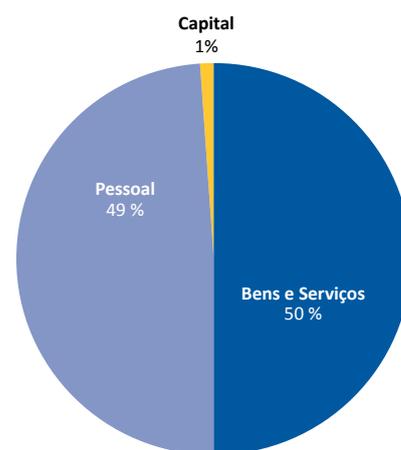
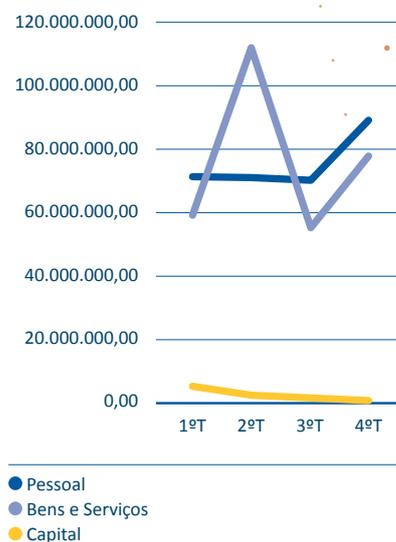


Gráfico 7
Evolução trimestral da Despesa



07 Execução Orçamental

Grau de Execução Orçamental

O quadro 13 mostra-nos a comparação entre os valores orçamentados e os executados:

Ficou por executar 25,25% do previsto. As rubricas Bens e Serviços e Capital foram as mais atingidas, com desvios de 39,45% e 38,82%, respectivamente.

Quadro 13

Tipo de Despesa	Orçamentado	Executado	Desvios	
			Valor	%
Pessoal	304.384.226,00	300.262.772,21	4.121.453,79	1,35%
Bens e Serviços	501.481.910,00	303.669.726,15	197.812.183,85	39,45%
Capital	14.319.780,00	9.190.024,85	5.129.755,15	35,82%
Total	820.185.916,00	613.122.523,21	207.063.392,79	25,25%

Da análise ao quadro acima verifica-se que ficou por executar 25,25% do previsto. As rubricas Bens e Serviços e Capital foram as mais atingidas, com desvios de 39,45% e 38,82%, respectivamente.

O Pessoal não teve um desvio significativo, pois a sua variação foi de 1,35%.

Execução Orçamental Detalhada de 2009

No quadro anterior foi apresentada a síntese da Despesa orçamentada com a Despesa executada. O quadro 14 mostra em detalhe a sua estrutura e a correspondente análise.

PESSOAL

As naturezas “Vencimentos do Pessoal” e “Subsídios do Pessoal” são as que têm maior representatividade com um valor residual de 79,38% e 9,20%, nos montantes de KZ 238.348.452,88 e KZ 27.625.603,08, respectivamente.

Quadro 14

ESTRUTURA DAS DESPESAS

TIPO DE DESPESA	ORÇAMENTADO	EXECUTADO	PESO (%)	SALDO
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL				
Vencimentos do Pessoal	238.387.714,00	238.348.452,88	79,38%	39.261,12
Subsídios do Pessoal	28.217.706,00	27.625.603,08	9,20%	592.102,92
Décimo Terceiro Mês do Pessoal	20.792.113,00	17.476.888,58	5,82%	3.315.224,42
Contribuições para a Segurança Social	16.583.493,00	16.422.327,67	5,47%	161.165,33
Abono de Família	403.200,00	389.500,00	0,13%	13.700,00
Total das Despesas com o Pessoal	304.384.226,00	300.262.772,21	100,00%	4.121.453,79
BENS E SERVIÇOS				
Combustíveis e Lubrificantes	1.785.333,00	124.000,00	0,04%	1.661.333,00
Viveres e Géneros Alimentícios	5.277.651,00	2.581.170,55	0,85%	2.696.480,45
Materiais de Consumo Corrente Especializado	2.495.393,00	2.466.918,08	0,81%	28.474,92
Outros Materiais de Consumo Corrente	249.539,00	9.709,48	0,00%	239.829,52
Materiais e Utensílios Duradouros de Especialidade	1.238.688,00	101.050,00	0,03%	1.137.638,00
Outros Materiais e Utensílios Duradouros	123.869,00	0	0,00%	123.869,00
Serviços de Comunicação	18.976.861,00	11.693.039,09	3,85%	7.283.821,91
Serviços de Saúde	11.590.706,00	11.454.938,67	3,77%	135.767,33
Serviços de Ensino	52.198.500,00	46.690.773,11	15,38%	5.507.726,89
Serviços de Energia e Águas	2.065.500,00	0	0,00%	2.065.500,00
Serviços de Limpeza e Saneamento	4.736.880,00	72.680,00	0,02%	4.664.200,00
Serviços de Manutenção e Conservação	11.262.952,00	11.234.257,65	3,70%	28.694,35
Seguros	8.510.625,00	0	0,00%	8.510.625,00
Bilhetes de Passagem	34.530.309,00	3.400.462,50	1,12%	31.129.846,50
Subsídios de Deslocação	31.540.476,00	16.941.079,00	5,58%	14.599.397,00
Serviços de Transportação de Pessoas e Bens	5.330.138,00	104.230,00	0,03%	5.225.908,00
Outros Serviços	309.568.490,00	196.795.418,02	64,81%	112.773.071,98
Total das Despesas de Bens e Serviços	501.481.910,00	303.669.726,15	100,00%	197.812.183,85
Total das Despesas Correntes	805.866.136,00	603.932.498,36		201.933.637,64
DESPESAS NÃO CORRENTES				
CAPITAL				
Equipamentos de Processamento de Dados	7.165.477,00	7.126.720,00	77,55%	38.757,00
Outros Bens de Capital Fixo	7.154.303,00	2.063.304,85	22,45%	5.090.998,15
Total das Despesas de Capital	14.319.780,00	9.190.024,85	100,00%	5.129.755,15
TOTAL	820.185.916,00	613.122.523,21		207.063.392,79

DESPESAS COM BENS E SERVIÇOS

As subrubricas que tiveram maior representatividade foram:

- **Outros Serviços**, com 64,81%, no montante de KZ 196.795.418,02, estando assim distribuídos:

Quadro 15

Descrição	Valores
Consultoria	111.776.202,01
Locação operacional	25.016.532,14
Promoção e divulgação	21.627.396,18
Outros	16.194.170,52
Renda das instalações	9.918.000,00
Serviços de segurança e vigilância	6.323.070,00
Emolumentos e taxas	5.940.047,17
Total	196.795.418,02

- **Serviços de Ensino**, foi a que teve o segundo maior peso, 15,38%, no montante de KZ 46.690.773,11. Esta despesa integra a formação de quadros, uma das prioridades da CMC, destacando-se o “Programa de Formação em Mercado de Capitais em Portugal e Espanha”, bem como os programas específicos de formação profissional realizados no país;
- **Subsídio de Deslocação**, com um peso de 5,58%, no valor de KZ 16.941.079,00, tem relevado despesas com as missões oficiais, de formação e de serviço, realizadas no interior e no exterior do país, assumindo a forma de subsídio diário, conforme legislação específica;
- **Serviços de Comunicação**, com um peso de 3,85%, no valor de KZ 11.693.039,09, enquadram as despesas relacionadas com a comunicação como: telefone, fax, Internet...;
- **Serviços de Saúde**, com um peso de 3,77%, no valor de KZ 11.454.938,67, têm subjacentes as despesas com o seguro contraído junto da “ENSA SAÚDE”. Este seguro cobre todos os trabalhadores, cônjuges e filhos, incluindo a cobertura e evacuação completa;



- **Serviços de Manutenção e Conservação**, com um peso de 3,70% no montante de KZ 11.234.257,65. Nesta despesa estão incluídos: manutenção e conservação dos aparelhos de ar condicionado e do equipamento informático; reparação das viaturas afectas à CMC; obras de benfeitorias realizadas nas instalações.

DESPESAS DE CAPITAL

Enquadra as Despesas não Correntes, ou seja, os Investimentos, cujo corte a nível de orçamento foi de 36%. Nestes investimentos destaca-se:

- **Equipamentos de Processamento de Dados**, foi a subconta com maior significado, com um peso de 77,55% no montante de KZ 7.126.720,00. Tem relevado as aquisições de software e hardware. A importância deste investimento prende-se com a necessidade absoluta de atender, em tempo útil, aos desafios da supervisão, assim como dotar os técnicos, de meios capazes e eficientes, no sentido de elaborar os *Boletins de Cotações das Bolsas e Artigos sobre as Sociedades Abertas e Índices Bolsistas*;
- **Outro Bens de Capital Fixo**, com um peso de 22,45% no montante de KZ 2.063.304,85, tem registado as seguintes aquisições: armário/biblioteca; aparelhos de ar condicionado; plasmas para difusão de informações financeiras.

Comparativamente ao exercício de 2008 houve um decréscimo no total da Despesa de 34,58%. Do total das rubricas, Pessoal foi a única em que se verificou um crescimento de 14,41%.

Comparação do Orçamento Executado em 2009 com o de 2008

O quadro 16 mostra a comparação do orçamento executado nos dois últimos exercícios económicos:

Quadro 16

Tipo de Despesa	2009	2008	Desvios	
			Valor	%
Pessoal	300.262.772,21	262.441.000,47	37.821.771,74	14,41%
Bens e Serviços	303.669.726,15	652.582.380,63	-348.912.654,48	-53,47%
Capital	9.190.024,85	22.170.004,01	-12.979.979,16	-58,55%
Total	613.122.523,21	937.193.385,11	-324.070.861,90	-34,58%

Comparativamente ao exercício de 2008 houve um decréscimo no total da Despesa de 34,58%. Do total das rubricas, Pessoal foi a única em que se verificou um crescimento de 14,41%.

08

Execução das Demonstrações Financeiras



Tendo como base a Lei n.º 09/97, de 26 de Junho, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, foram executadas as peças contabilísticas a seguir descritas, de acordo com o orçamento aprovado para o exercício de 2009. Os pressupostos para a elaboração das Demonstrações Financeiras tiveram como base:

1. **Balanço Financeiro**, em conformidade com o artigo 55º, da Lei-Quadro, apresentado no quadro 17;
2. **Balanço Patrimonial**, como consigna o artigo 56º, da Lei-Quadro, apresentado no quadro 18 e 22;
3. **Demonstração de Resultados**, definida no artigo 57º, da Lei-Quadro, apresentada no quadro 23.

Balanço Financeiro

Em 2009 a DNT disponibilizou recursos no montante de KZ 613.122.523,21, através da plataforma informática do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) que asseguraram a cobertura financeira das despesas, repartidas de acordo com o apresentado no quadro 17 e cujos fluxos financeiros estão em conformidade com o artigo 55º da Lei-Quadro.

Quadro 17

RECEITAS		DESPEASAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Receitas de funcionamento	603.932.498,36	Despesas de funcionamento	603.932.498,36
Receitas de financiamento	9.190.024,85	Despesas de financiamento	9.190.024,85
Total das Receitas	613.122.523,21	Total das Despesas	613.122.523,21

Em 2009 a DNT disponibilizou recursos no montante de Kz.613.122.523,21, através da plataforma informática do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE) que asseguraram a cobertura financeira das despesas.

08 Execução das Demonstrações Financeiras

Registaram-se movimentos somente no Imobilizado Corpóreo. Este está contabilizado pelo custo histórico e pelo justo valor. Em 2009, no conjunto, os Meios Fixos, tinham um valor líquido de KZ 53.505.295,59.

Execução Orçamental

Dentro das despesas de funcionamento temos duas classes que são descritas a seguir:

Quadro 18

Descrição	Valor	%
Pessoal	300.226.772,21	49,71%
Bens e Serviços	303.669.726,15	50,28%
TOTAL	603.932.498,36	100,00%

A rubrica Bens e Serviços é a que tem maior peso, 50,28%, onde se destacam as despesas já referidas no ponto EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DETALHADA DE 2009. Nesse ponto foram referidos: Outros Serviços; Serviços de Ensino; Subsídio de Deslocação; Serviços de Saúde e Serviços de Manutenção e Conservação.

Execução Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2009 as únicas classes do Balanço Patrimonial que apresentem saldos são: Meios Fixos e Capitais Próprios.

Os Capitais Próprios, mais propriamente Fundo Social, serviram de contrapartida aos Meios Fixos, permitindo equilibrar as contas do Balanço Patrimonial. Por isso a análise está centrada na conta de Meios Fixos.

MEIOS FIXOS

Registaram-se movimentos somente no Imobilizado Corpóreo. Este está contabilizado pelo custo histórico e pelo justo valor. Em 2009, no conjunto, os Meios Fixos, tinham um valor líquido de KZ 53.505.295,59.

Em Fevereiro de 2007 foi elaborado um trabalho pela PKF/Intrust Value, reportado ao exercício de 2006, que teve como objectivo a determinação do justo valor. Neste ano o justo valor representou 83% do Capital Fixo da CMC, situação que se mantém em 2009.



Deste trabalho resultou a seguinte avaliação:

Quadro 19

Valor Bruto	Amortizações	Valor Líquido
50.212.759,18	15.651.779,94	34.560.979,24

O desenvolvimento do Imobilizado foi o seguinte:

— IMOBILIZADO BRUTO

Quadro 20

Rubricas	Saldo Inicial	Recontagem Física	Aumentos	Abates	Saldo Final
Equipamento Administrativo	7.382.492,93	7.770.487,00	354.150,93	423.555,66	14.729.424,27
Equipamento Informático	52.002.172,43	7.694.469,61	7.749.224,42	14.478.491,04	45.218.151,00
Mobiliário Diverso	19.610.103,18	(3.046.075,18)	578.479,50	570.525,00	15.993.503,00
Ferramentas e Utensílios Diversos	389.598,00	0,29	0	389.598,29	0
Mobiliário Social	9.839.319,00	(1.262.161,76)	508.170,00	1.320.251,24	7.256.906,00
Outras Imobilizações Corpóreas	1.351.583,00	(824.991,00)	32.858,00	0	526.592,00
Total	90.575.268,54	10.331.728,96	9.222.882,85	17.182.421,23	83.724.576,27

— AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Quadro 21

Rubricas	Saldo Inicial	Rectificação de taxas	Aumentos	Abates	Saldo Final
Equipamento Administrativo	1.259.356,31	771.741,42	1.764.034,21	133.157,00	3.661.974,94
Equipamento Informático	41.643.533,71	(26.043.708,73)	7.284.157,82	3.780.471,00	19.103.511,80
Mobiliário Diverso	7.931.309,82	(4.204.138,51)	1.567.249,80	138.490,00	5.155.931,11
Ferramentas e Utensílios	292.200,00	(135.343,00)	0,00	156.857,00	0,00
Mobiliário Social	7.484.632,23	(5.544.907,10)	751.862,50	536.232,00	2.155.355,63
Outras Imobilizações Corpóreas	1.169.745,46	(1.079.897,46)	52.659,20	0,00	142.507,20
Totais	59.780.777,53	(36.236.253,38)	11.419.963,53	4.745.207,00	30.219.280,68

08 Execução das Demonstrações Financeiras

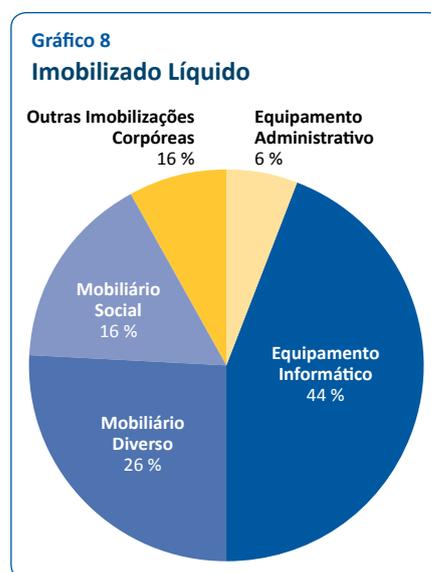
— IMOBILIZADO LÍQUIDO

Quadro 22

Rubricas	Imobilizado Bruto	Amortizações	Imobilizado Líquido
Equipamento Administrativo	14.729.424,27	3.661.974,94	11.067.449,33
Equipamento Informático	45.218.151,00	19.103.511,80	26.114.639,20
Mobiliário Diverso	15.993.503,00	5.155.931,11	10.837.571,89
Ferramentas e Utensílios Diversos	0	0	0
Mobiliário Social	7.256.906,00	2.155.355,63	5.101.550,37
Outras Imobilizações Corpóreas	526.592,00	142.507,20	384.084,80
Totais	83.724.576,27	30.219.280,68	53.505.295,59

Da análise aos quadros acima verificámos:

1. O **Imobilizado Bruto**, quadro 20, totaliza KZ 83.724.576,27;
2. As **Amortizações Acumuladas** têm como principal destaque o Equipamento Informático, o que mostra que não tem havido nos últimos exercícios renovações deste tipo de Imobilizado;
3. O **Imobilizado Líquido** é de KZ 53.505.295,59. O gráfico 8 mostra o peso de cada uma das suas contas, verificando-se que o Equipamento Informático é o que tem maior representatividade, com um valor percentual de 44%, seguido do Mobiliário Diverso com um peso de 26%.



Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados inserta no quadro 23 é por natureza. As Despesas constantes nesta Demonstração já foram objecto de uma análise detalhada, no ponto 07 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DETALHADA DE 2009 da página 49.

Quadro 23

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Rubricas	Valores
Receitas Orçamentais Correntes:	603.932.498,36
Vendas e Prestações de Serviços	-
Total dos Proveitos de Exploração	603.932.498,36
Despesas Orçamentais Correntes:	
Custo das Mercadorias Vendidas	-
Fornecimentos e Serviços Externos	303.669.726,15
Custos com o Pessoal	300.262.772,21
Amortizações do Exercício	-
Outros Custos de Exploração	-
Total dos Custos de Exploração	603.932.498,36
Resultados de Exploração	0,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00
Custos e Perdas Financeiras	0,00
Juros Suportados	0,00
Outros	0,00
Resultados Antes de Impostos	0,00
Imposto s/Rendimento do Exercício	0,00
Resultado Líquido	0,00

08 Execução das Demonstrações Financeiras

Comparação da Demonstração de Resultados de 2009 com a de 2008

Quadro 24

Rubricas	2009		2008		Variação
	Valor	%	Valor	%	
Receitas Orçamentais Correntes:	603.932.498,36	100%	915.023.381,10	100%	-34%
Vendas e Prestações de Serviços	-		-		
Total dos Proveitos de Exploração	603.932.498,36	100%	915.023.381,10	100%	-34%
Despesas Orçamentais Correntes:					
Custo das Mercadorias Vendidas	-		-		
Fornecimentos e Serviços Externos	303.669.726,15	50%	652.582.380,63	71%	-53,50%
Custos com o Pessoal	300.262.772,21	50%	262.441.000,47	29%	14,40%
Amortizações do Exercício	-		-		
Outros Custos de Exploração	-	0%	-		0%
Total dos Custos de Exploração	603.932.498,36	100%	915.023.381,10	100%	-34%
Resultados de Exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveitos e Ganhos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custos e Perdas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros Suportados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Antes de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto s/Rendimento do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

O quadro acima mostra-nos que comparando 2009 com 2008, houve um decréscimo nas rubricas, Receitas Orçamentais Correntes e Fornecimentos e Serviços Externos (Bens e Serviços) de 34% e 53.50%, respectivamente. Contrariamente, os Custos com o Pessoal (Despesas com o Pessoal) tiveram um crescimento de 14,4%.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

A Gestão Financeira da CMC rege-se exclusivamente pelo regime jurídico aplicável às entidades que revistam natureza e forma jurídica das Sociedades Anónimas de Capitais Públicos, sendo o seu Orçamento elaborado de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC), conforme estabelece o artigo 2º do Decreto nº 82/2001 de 16/11.

Conforme despacho do Ministro das Finanças, integram o património da CMC, todos os bens afectos ao seu serviço e demais valores a que tenha direito, ou que venha a adquirir.

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade em vigor em Angola e:

- Respeitam as características de relevância e fiabilidade;
- Foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo;
- Foram preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites da consistência, materialidade, não compensação de saldos.

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO E BASES DE VALORIMETRIA ESPECÍFICAS

Em virtude da sua actividade não gerar fluxos económicos e tendo em consideração que os fluxos financeiros gerados pela CMC provêm da Lei n.º 09/97, de 26 de Junho, Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, não lhe é possível fazer anualmente o lançamento contabilístico das Amortizações do Exercício nem a Previsão de Férias (princípio do acréscimo).

Moeda de Relato

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em kwanzas (KZ) em conformidade com o ponto "1.4 – MOEDA DE RELATO E RESPECTIVA GRANDEZA" do PGC.

Políticas Contabilísticas

Não houve alterações às políticas contabilísticas relativamente a exercícios anteriores.

Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira foram valorizadas na moeda do relato, ou seja, em kwanzas.

Imobilizações Corpóreas

O Imobilizado Corpóreo encontra-se registado pelo custo de aquisição e pelo justo valor. As Amortizações foram calculadas pelo método das quotas constantes, por aplicação das taxas constantes na Portaria nº 755/72.

09

Evolução Previsível da CMC



*P*ara atingir o seu desiderato nos termos da Lei nº. 12/05, de 23/09 – Valores Mobiliários e da Lei nº. 13/05, de 30/09 – Instituições Financeiras, consubstanciado no Decreto nº. 09/05, de 18/03, a CMC, entidade de supervisão financeira, é exequível e inadiável a nomeação e tomada de posse, em 2010, do seu Conselho de Administração e do seu Conselho Fiscal, bem como a aprovação do projecto de revisão do seu Estatuto.

Entretanto, uma atenção especial terá de ser dada ao Conselho Consultivo da CMC, nomeado, mas sem tomada de posse até à data, o que tem criado dificuldades de funcionamento, pelo que se reforça a necessidade imperiosa de dinamizar este órgão de consulta e assessoria multisectorial do Conselho de Administração.

Por último, com estas decisões, a CMC prevê contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, em toda a acepção da palavra, nos termos do Plano Nacional aprovado para o biénio 2010-2011.





www.cmc.gv.ao